



## ANEXO II

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC  
PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS  
MUTUÁRIOS PÚBLICOS

## Procedimentos e Disposições Específicas - Manejo de Águas Pluviais

## 1 - OBJETO

Este Anexo trata dos procedimentos e das disposições que regulamentam as operações de financiamento dos mutuários públicos do Programa SANEAMENTO PARA TODOS estabelecidos pela Instrução Normativa nº 04/MCIDADES, de 22 de janeiro de 2008, independente da fonte dos recursos.

Caso sejam identificadas divergências entre o disposto nesta Instrução Normativa e na IN nº 04/2008/MCIDADES prevalece a orientação mais recente.

## 2 - OBJETIVO DO PROGRAMA

O Programa SANEAMENTO PARA TODOS - Mutuários Públicos tem por objetivo promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações integradas e articuladas de saneamento básico no âmbito urbano com outras políticas setoriais.

2.1 Esta seleção trata de operações na modalidade Manejo de Águas Pluviais, relacionadas nos Protocolos de Cooperação Federativa, firmados em 09/ 06/ 09.

2.2 Os empreendimentos para os quais sejam pleiteados financiamentos no âmbito do Programa SANEAMENTO PARA TODOS devem adotar soluções técnicas que promovam serviços eficazes e incorporem o controle social e a participação da sociedade.

## 3 - ORIGEM DE RECURSOS

Os recursos para contratação de empreendimentos no Programa SANEAMENTO PARA TODOS - Mutuários Públicos - são oriundos do FGTS, do FAT e de outras fontes.

## 4 - BENEFICIÁRIOS FINAIS

Os beneficiários finais integram a população das áreas atendidas pelos empreendimentos.

## 5 - PARTICIPANTES DO PROGRAMA

São participantes do Programa SANEAMENTO PARA TODOS - Mutuários Públicos:

a) o Ministério das Cidades - MCIDADES, na qualidade de Gestor da Aplicação;

b) a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do FGTS;

c) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de Agente Operador do FAT;

d) as instituições financeiras habilitadas pelos Agentes Operadores na forma da regulamentação em vigor, na qualidade de Agente Financeiro;

e) os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e suas entidades da administração descentralizada, inclusive as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os consórcios públicos de direito público, na qualidade de Mutuário e Agente Promotor; e

f) os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as empresas públicas ou sociedades de economia mista, na qualidade de Garantidor.

## 6 - A Modalidade de Manejo de Águas Pluviais

Destina-se à promoção de ações com vistas à melhoria das condições de salubridade ambiental associadas ao manejo das águas pluviais, em particular por meio de promoção de ações de prevenção e de controle de enchentes e inundações e de seus danos nas áreas urbanas e de melhoria da qualidade da águas dos corpos que recebem lançamentos de águas pluviais, sendo financiáveis os seguintes itens:

a) elaboração de plano diretor de manejo de águas pluviais, de estudos complementares ao projeto básico e de projetos executivos do empreendimento objeto do financiamento;

b) aquisição de materiais e equipamentos novos<sup>1</sup>;

c) execução de obras e serviços de drenagem;

d) execução de outros itens necessários ao adequado desempenho do empreendimento, incluindo, entre outros, obras e serviços de:

i) travessias de pedestre e viárias;

ii) contenção de encostas instáveis;

iii) reassentamento de moradias cuja remoção se faz indispensável para a implantação do empreendimento. Esta ação deverá seguir às condições e critérios estabelecidos no programa PRÓ-MO-RÁDIA;

iv) tratamento das vazões de tempo seco e de condicionamento das águas pluviais, quando exigidas em razão das características do corpo receptor;

v) recuperação de áreas úmidas (várzeas), eventual renaturalização e recomposição de paisagem ou implantação de parques lineares;

vi) urbanização de caráter complementar, como a implantação de áreas verdes (paisagismo, gramados e canteiros), incluindo obras civis complementares;

vii) eletrificação e subestações rebaixadoras de tensão;

viii) remoção e relocação de linhas de transmissão de energia e estações de alta tensão indispensáveis à implantação e adequado desempenho do empreendimento.

ix) remanejamentos/adequações em interferências com outros sistemas de energia elétrica, comunicações e saneamento básico;

x) implantação de sistema de monitoramento e de informações pluvio-fluviométricas.

e) execução de obras complementares vinculadas à implantação e à segurança do empreendimento;

f) execução de outras ações de preservação ambiental necessárias à implantação e adequado desempenho do empreendimento, inclusive de afastamento dos esgotos sanitários por meio de coletores troncos, interceptores e emissários;

g) execução de trabalho sócio-ambiental visando à sustentabilidade sócio-econômica e ambiental do empreendimento, incluindo ações de educação ambiental e promoção da participação comunitária;

h) aquisição de terreno, limitado ao valor pago atualizado ou ao valor de avaliação, o que for menor; e

1 Este item contempla somente obras e serviços referentes à execução da obra

6.1 Nesta modalidade, o custo dos itens relativos ao manejo das águas pluviais não deve ser menor que 50% do valor do empréstimo e o custo dos itens pavimentação asfáltica ou do calçamento, guias e sarjetas é limitado a no máximo 30% do mesmo valor.

6.1.1 O custo dos itens relativos ao manejo das águas pluviais será apurado a partir da soma dos itens "Execução de obras e serviços de drenagem" e, naquilo que for específico para ações finalísticas de drenagem urbana, "Aquisição de materiais e equipamentos novos".

6.1.2 Em casos especiais, devidamente justificados, admitir-se-á tratamento excepcional para os limites estabelecidos no item 6.1, desde que autorizado pelo agente financeiro e ratificado pela SN-SA.

## 6.2 Os empreendimentos nesta modalidade devem ainda:

a) observar as diretrizes e recomendações previstas no plano de saneamento básico ou em plano de manejo de águas pluviais e no plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica onde se localizam e ainda os Princípios de Manejo Sustentável das Águas Pluviais Urbanas constante no Anexo IV;

b) quando da inexistência de plano de saneamento básico ou de plano de manejo de águas pluviais, se apoiar em justificativa técnica para o empreendimento, e no compromisso do Executivo Municipal de elaboração do plano de saneamento básico em prazo não superior a 24 meses da assinatura do contrato de financiamento;

c) quando incluírem a construção de canais, privilegiar as soluções que não adotem revestimentos, retificações ou canais fechados em cursos de água; apresentando justificativas técnico-econômicas e plano que comprove a viabilidade da operação e da manutenção dessas estruturas quando tais alternativas forem adotadas;

d) atender preferencialmente as áreas urbanas com alta densidade populacional nas quais existam riscos de danos ao patrimônio e à saúde dos habitantes, decorrentes de inundações ou erosões do solo;

e) adotar sistema separador absoluto, a não ser quando acompanhado de sistema de tratamento de efluentes de tempo seco, nos termos previstos em plano diretor de saneamento básico ou em plano diretor de manejo de águas pluviais;

f) quando adotado o sistema separador absoluto, prever a eliminação do lançamento de esgotos nas redes de manejo de águas pluviais na sua área de intervenção;

g) quando incluírem instalações de retenção ou detenção de águas pluviais, comprovar a disponibilidade de meios para a operação e manutenção dos mesmos, de forma a assegurar funcionalidade e condições sanitárias adequadas.

## 7 - REQUISITOS INSTITUCIONAIS

7.1 O prestador de serviço público de saneamento básico que opere empreendimento objeto de pleito de financiamento no âmbito do Programa SANEAMENTO PARA TODOS deve atender preliminarmente às seguintes exigências:

a) assegurar o atendimento das normas de preservação ambiental pelo empreendimento e dispor da respectiva licença prévia, quando legalmente exigível;

b) para os empreendimentos de saneamento contratados pelo FGTS desde 2001, comprovar o andamento regular das obras dos empreendimentos em fase de execução e a plena funcionalidade dos empreendimentos já concluídos ou apresentar termo de ajuste com o Agente Financeiro até o início da Análise Institucional, prevista no cronograma do Processo de Habilitação, assegurando a regularização dos problemas encontrados;

7.2 O titular de serviço público de saneamento básico a que se vincule empreendimento objeto de pleito de financiamento no âmbito do Programa SANEAMENTO PARA TODOS deve atender preliminarmente às seguintes exigências:

a) comprovar vigência de plano de saneamento básico ou, pelo menos, o plano de manejo de águas pluviais urbanas;

b) quando não houver plano de saneamento básico, estabelecer compromisso de preparação do plano de saneamento básico e/ou plano de manejo de águas pluviais urbanas em prazo não superior a 24 meses da assinatura do contrato de financiamento;

7.3 Na modalidade Manejo de Águas Pluviais, objeto deste instrumento, será necessário comprovar:

a) a existência de órgão ou entidade legalmente habilitado para a prestação dos serviços públicos de manejo de águas pluviais, inclusive para as ações de operação e manutenção do respectivo sistema;

b) nos municípios com mais de 20.000 habitantes, a vigência de plano diretor municipal nos termos da Lei 10.527, de 10 de julho de 2001, e de legislação que estabeleça diretrizes para o uso e ocupação do solo com vistas ao controle da impermeabilização do solo, à proteção de várzeas e margens dos cursos d'água e à destinação de áreas para detenção e retenção das águas pluviais;

c) quando não vigorar a legislação referida na alínea "b" acima, é aceitável o estabelecimento de compromisso de implementá-la em prazo não superior a vinte e quatro meses da assinatura do contrato de financiamento, ficando vedadas novas operações de financiamento com recursos do FGTS para empreendimentos de saneamento básico no território do Titular dos Serviços em caso de descumprimento do compromisso.

## 8 - CONTRAPARTIDA

Entende-se como contrapartida a aplicação de recursos financeiros de outras fontes, próprios do Mutuário ou de terceiros, exceto os relacionados no subitem 8.3, oferecida para compor o valor total do investimento.

Admite-se como contrapartida os pré-investimentos, valores relativos a obras, serviços e terrenos, limitados aos valores pagos atualizados ou aos valores de avaliação, o que for menor.

No caso de obras executadas sob o regime de administração direta admite-se contrapartida física, desde que financeiramente apropriável.

8.1 O valor da contrapartida é o estabelecido no Protocolo de Cooperação Federativa, relacionado no Apêndice I do Anexo I.

8.1.1 A contrapartida mínima não deverá ser inferior a 5% (cinco por cento) do valor do investimento.

8.2 O investimento corresponde ao valor total do empreendimento, integrado pelo valor do financiamento (ou empréstimo) e pela contrapartida.

8.3 Não serão admitidos como contrapartida recursos oriundos do Orçamento Geral da União ou de organismos multilaterais de crédito, nacionais ou internacionais.

## 9 - REQUISITOS DE VIABILIDADE

9.1 A Carta Proposta deverá apresentar resultado satisfatório na análise de risco de crédito realizada pelo Agente Financeiro.

## 10 - PROCEDIMENTOS PARA O CADASTRO, O ENQUADRAMENTO E A VALIDAÇÃO DE CARTA PROPOSTA

10.1 O Cadastro de operações de crédito constantes dos Protocolos de Cooperação Federativa será realizado pela SNSA.

10.2 A SNSA enviará aos Proponentes Mutuários a relação de Cartas Propostas cadastradas para a complementação e verificação das informações nelas constantes.

10.3 Os Proponentes Mutuários, após complementação das informações, entregarão ao Agente Financeiro a documentação necessária para análise.

10.4 A validação das Cartas Propostas será realizada por Agente Financeiro, que com base nas informações nelas constantes, do projeto básico do empreendimento e da documentação adicional pertinente, procederá:

a) ao enquadramento das Cartas Propostas na modalidade Manejo de Águas Pluviais, item 6;

b) ao atendimento aos requisitos institucionais constantes do item 7;

c) ao atendimento aos requisitos de viabilidade constantes do item 9;

d) à conformidade com as exigências complementares constantes do Regulamento do Processo de Habilitação; e

e) à funcionalidade das obras e serviços propostos, de modo a proporcionar, ao final da implantação do empreendimento, benefícios imediatos à população, inclusive que a Carta Proposta não contemple a aquisição de materiais, equipamentos ou terrenos exclusivamente para execução de instalações ou serviços futuros.

## 10.5 O Agente Financeiro encaminhará à SNSA:

a) a relação das Cartas Propostas não validadas, com os respectivos motivos da não validação;

b) a relação das Cartas Propostas validadas, acompanhada de relatórios conclusivos e individualizados por Carta Proposta, dos quais constem os resultados das verificações referidas no item 10.4, destacando eventuais condicionalidades e compromissos por parte do Mutuário ou do Município.

## 11 - HABILITAÇÃO DE CARTA PROPOSTA

11.1 A habilitação para contratação das propostas de operação de crédito integrantes dos Protocolos de Cooperação Federativa previamente validadas pelo Agente Financeiro será processada pela SNSA, no âmbito de Processo de Habilitação, observando a sistemática estabelecida nesta Instrução Normativa e no Regulamento do Processo de Habilitação.

## 11.1.1 Este processo será realizado observando-se:

a) a compatibilidade das disponibilidades orçamentárias com as demandas por operações de crédito;

b) as regras e os limites aplicáveis para operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional com o setor público, emanadas do Conselho Monetário Nacional.

11.1.2 Satisfeitas as condições estipuladas, a SNSA fornecerá ao respectivo Agente Financeiro o Termo de Habilitação referente a cada Carta Proposta habilitada.

11.1.3 O Termo de Habilitação será devidamente numerado e datado e nele constará o Mutuário, a identificação do empreendimento, a modalidade, os valores do empréstimo e do investimento, as condicionalidades, se for o caso, e o prazo de validade.

## 12 - CONTRATAÇÃO

A contratação da operação de crédito pelo Agente Financeiro estará condicionada a:

a) emissão de termo de habilitação pela SNSA;

b) ao atendimento das condições estabelecidas na Portaria nº 115/STN/MF, de 11 de março de 2008, suas alterações e aditamentos, e a obtenção da autorização de endividamento para a proposta vinculada a proponente mutuário ente da federação;

c) ao atendimento das condições estabelecidas pelo MCIDADES em Instrução Normativa específica que regulamenta o orçamento de aplicação dos recursos do FGTS, quando se tratar de operações que estejam pleiteando esta fonte de recursos.

12.1 O Agente Financeiro solicitará a alocação dos recursos ao Agente Operador e procederá à contratação da operação com o Mutuário, e enviará cópia do contrato à SNSA, após registro no Banco Central.

12.2 A partir do mês seguinte ao da contratação, o Agente Financeiro deverá encaminhar mensalmente à SNSA, até o final do mês subsequente ao de referência, demonstrativo contendo o saldo devedor, os montantes desembolsados no período, comprovando-se a utilização dos recursos em cada operação de crédito, e a respectiva previsão de desembolsos para os próximos 12 meses.